

1. APRESENTAÇÃO

O **Centro de Apoio Operacional de Educação** tem como papel essencial prestar apoio técnico às(aos) Procuradoras(es) e Promotoras(es) de Justiça, bem como às(aos) servidoras(es) do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio de análises técnicas, pesquisas, elaboração de peças e minutas de projetos, relacionadas à área educacional, proporcionando atuação eficiente e resolutiva.

O **CAO Educação** produziu o presente boletim informativo abordando principalmente notícias, ações ministeriais, informações e normativas aprovadas na área da educação em decorrência das medidas de controle e combate à pandemia da COVID-19 (Coronavírus).

2. AÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO

Município é notificado a elaborar medidas compensatórias

Em Alto Paraguai, município distante 199 Km de Cuiabá, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso notificou a Secretaria Municipal de Educação para que sejam elaboradas medidas compensatórias para o período de suspensão das aulas na rede municipal de ensino. As atividades pedagógicas deverão ser desenvolvidas sob orientação e acompanhamento dos profissionais da Secretaria de Educação. [Continue lendo....](#)

Notificação sugere manutenção de contratos temporários de professores

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio do Núcleo de Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa de Cuiabá, notificou o governo do Estado e a prefeitura da Capital para que mantenham ativos os contratos temporários de professores, com a respectiva remuneração. A recomendação é para que ambos promovam a regulamentação de medidas alternativas durante a suspensão das aulas, como alteração do prazo final do contrato, ensino a distância, concessão de férias aos professores com direito a gozo, aproveitamento e antecipação de feriados, banco de horas e direcionamento do trabalhador para qualificação. [Continue lendo....](#)

MPMT integra Comissão Especial que discute retomada das aulas

Dois membros do Ministério Público de Mato Grosso participam ativamente das reuniões da Comissão Especial da Assembleia Legislativa responsável por estudar o impacto da pandemia na



educação e discutir a retomada das atividades escolares nas redes estadual e municipal de ensino. Os promotores de Justiça Miguel Shessarenko Junior (Cidadania) e Gustavo Dantas Ferraz (Patrimônio Público) acompanharam o último encontro, realizado na segunda-feira (18), em que foi aprovado o plano de trabalho do grupo. [Continue lendo....](#)

3. AÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE OUTROS ESTADOS

Reunião entre MP e Secretários de Estado aborda segurança no retorno das atividades escolares presenciais

Conforme as informações recebidas pelo MP na ocasião, os protocolos para a reabertura das escolas ainda não estão finalizados. Os promotores chamaram atenção para que sejam observadas questões pontuais, como o resguardo à população de risco e aos alunos com deficiência, mantendo ensino remoto concomitante ao presencial, inclusive como opção dos pais, além de protocolos para casos de surto e fluxos para encaminhamentos. Nova reunião ficou agendada para a próxima semana. [Continue lendo....](#)

Promotorias de Justiça apuram adequação das mensalidades em escolas e faculdades de 23 municípios

Para o MPSC, valores das mensalidades devem ser adequados às reduções de custos decorrentes da suspensão das aulas presenciais e as atividades complementares, que não podem ser feitas remotamente, devem deixar de ser cobradas ou compensadas. Acompanhamento visa a verificar se os estabelecimentos de ensino já tomaram providências para garantir o equilíbrio contratual, não prejudicar economicamente os pais e manter a qualidade do ensino para os alunos. [Continue lendo....](#)

Ação pede que escolas de Florianópolis concedam descontos e negociem mensalidades

Ação civil pública é proposta pelo Ministério Público de Santa Catarina e pela Defensoria Pública e o ajuizamento só ocorreu depois de serem negadas, ou acatadas apenas parcialmente, todas as tentativas de negociação e as recomendações feitas pelo MPSC. [Continue lendo....](#)

Justiça atende pedido do MPPR em ação civil pública e determina que Município de Toledo regularize a oferta de vagas na educação infantil

Em Toledo, no Oeste do estado, a Vara da Infância e Juventude determinou ao Município a imediata regularização da oferta de vagas na educação infantil. A decisão decorre de pedido formulado



pelo Ministério Público do Paraná em ação civil pública ajuizada pela 5ª Promotoria de Justiça da comarca. [Continue lendo....](#)

A partir de ação civil pública ajuizada pelo MPPR, prefeitura de Nova Olímpia regulariza repasse de recursos do Fundeb à APAE do município

No Noroeste do estado, ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Paraná garantiu que a Prefeitura de Nova Olímpia regularizasse o repasse de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) do município. Mesmo tendo assinado Termo de Colaboração em junho de 2019, por meio do qual se comprometeu a repassar R\$ 181.962,06 à entidade – R\$ 90.981,03 dos quais referentes a valores do Fundeb –, o Executivo municipal havia transferido, até o início deste mês, somente três parcelas de R\$ 7.581,81, todas no ano passado. [Continue lendo....](#)

MPPR em Londrina envia recomendação às escolas privadas para reduzir prejuízo de alunos em razão das atuais medidas de isolamento social

Em Londrina, Norte Central do estado, o Ministério Público do Paraná, a partir da 7ª Promotoria de Justiça da comarca, que tem atribuição na proteção ao consumidor, expediu nesta segunda-feira, 25 de maio, recomendação administrativa a todos os estabelecimentos de ensino particulares da cidade – da educação infantil a curso superior. O documento tem como foco as mudanças na questão educacional causadas pela pandemia do coronavírus e foi remetido ao Sindicato das Escolas Particulares de Londrina e também à Secretaria Municipal de Educação e ao governo estadual, via Núcleo Regional de Educação de Londrina. [Continue lendo....](#)

Debate trata da educação pública e privada em tempos de pandemia

Desde o final de março, com a suspensão das atividades das escolas em razão das medidas de contenção à propagação do coronavírus, estudantes das redes pública e particular do Paraná estão sem aulas presenciais. Nesse período, as escolas têm adotado estratégias e metodologias de ensino a distância para a manutenção das atividades, o que tem trazido uma série de dificuldades aos alunos e suas famílias – situação que tem sido acompanhada de perto pelo Ministério Público do Paraná. [Continue lendo....](#)

MPPR emite recomendação para que escolas de Curitiba tomem providências para prevenir e identificar eventuais casos de violência contra alunos

O Ministério Público do Paraná, por meio da 1ª Promotoria de Justiça de Infrações Penais Contra Crianças, Adolescentes e Idosos de Curitiba, emitiu recomendação administrativa buscando prevenir e identificar casos de violência contra crianças e adolescentes na atual situação de isolamento social provocada pela epidemia de coronavírus (Covid-19). [Continue lendo....](#)

MPRJ participa do lançamento do Observatório da Educação do Estado

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, por meio do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Tutela Coletiva de Proteção à Educação (CAO Educação/MPRJ), participou da reunião virtual de lançamento do Observatório da Educação do Estado, iniciativa das Comissões de Educação e de Ciência e Tecnologia da Assembleia Legislativa do Estado do Rio (ALERJ) para acompanhar as políticas educacionais em curso no Estado do Rio durante o período de restrições impostas pelo combate à pandemia do novo coronavírus (Covid-19). [Continue lendo....](#)

MPRJ ajuíza ação para que o Município de Teresópolis garanta a segurança alimentar dos alunos sem utilizar recursos da educação durante as aulas a distância

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), por meio do Grupo de Atuação Especializada em Educação (GAEDUC/MPRJ), ajuizou na quinta-feira (21/05) Ação Civil Pública, em face do Município de Teresópolis, para que o gestor público não efetue gastos com fontes de recursos vinculados à educação para a fornecer alimentos, através da aquisição de gêneros alimentícios durante o período de suspensão das atividades escolares devido à pandemia do novo coronavírus (Covid-19). A ACP baseia-se no fato de que as despesas com alimentação escolar, por exemplo, não são consideradas despesas realizadas para a manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos do art. 71 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). [Continue lendo....](#)

MPRJ recomenda que o Estado do Rio garanta a segurança alimentar de alunos e não utilize verba da Educação para alimentação escolar no período de suspensão das aulas pela Covid-19

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, por meio do Grupo de Atuação Especializada em Educação (GAEDUC/MPRJ) e da 3ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Proteção à Educação da Capital, expediu, no dia 15 de maio, Recomendação ao Estado do Rio para que garanta a segurança alimentar de todos os alunos da rede municipal, independente de cadastro em programas



assistenciais, e adote todas as medidas necessárias para a oferta e distribuição de alimentos, atendidas as necessidades nutricionais dos alunos e respeitadas as condições sanitárias que o momento exige.

[Continue lendo....](#)

MPRJ obtém decisão que determina ao Município de Macaé a abertura de conta específica para gestão de recursos da Educação

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), por meio da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Macaé, obteve decisão na Justiça para determinar que o Município de Macaé promova a abertura de conta específica da Educação para a gestão dos recursos da área.

[Continue lendo....](#)

MPMS ingressa com ação na Justiça contra Decreto editado ilegalmente que libera aulas na rede particular em Chapadão do Sul

O retorno das aulas na rede particular de ensino em Chapadão do Sul (MS) resultou na Ação Civil Pública com Pedido de Tutela de Urgência ingressada pelos Promotores de Justiça Fernanda Proença de Azambuja e Matheus Macedo Cartapatti. A liminar pede a imediata suspensão dos efeitos do Decreto Municipal nº 3.305, de 28 de maio de 2020, publicado no Diário Oficial nº 2.300, veiculado em 29.5.2020, que autorizou o funcionamento de escolas particulares, das séries do 1º ao 5º ano do ensino fundamental do Município. [Continue lendo....](#)

MPMS instaura Inquérito Civil para apurar irregularidades do ensino a distância em escolas particulares

A Promotoria de Justiça da Infância e da Adolescência (46ª PJ de Campo Grande) instaurou Inquérito Civil com a finalidade de averiguar problemas relacionados à educação a distância (realização de atividades) durante o período de isolamento social decorrente da pandemia da COVID-19. [Continue lendo....](#)

MPMS irá acompanhar e fiscalizar as medidas excepcionais adotadas pelas Redes Municipal, Estadual e Privada de Educação Básica

Em virtude da pandemia da COVID-19 que suspendeu as aulas nas redes pública e particular de ensino, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por meio da 16ª e 17ª Promotorias de Justiça da comarca de Dourados, editou a Recomendação Conjunta nº 0004/2020/17PJ/DOS com o objetivo de fiscalizar as medidas excepcionais adotadas pelas Redes de Ensino de Educação Básica



(particulares e públicas), bem como de acompanhar a reorganização dos calendários escolares e ações que serão implementadas após o transcurso do período de suspensão das aulas presenciais. [Continue lendo....](#)

MPDFT expede recomendação para que professores da rede pública atuem em teletrabalho

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) recomendou à Secretaria de Estado da Educação do DF que determine o retorno imediato dos professores e demais profissionais da rede de ensino pública ao trabalho, em formato remoto, enquanto durar o isolamento social imposto pela pandemia de Covid-19. [Continue lendo....](#)

CNPG/GNDH e MPPI promovem webinar sobre a educação brasileira no contexto da pandemia da covid-19

O Ministério Público do Estado do Piauí participou da organização de webinar (seminário online) com o tema: “A educação brasileira e os impactos da pandemia da covid-19”. O evento virtual foi realizado na tarde de hoje (01/06). A procuradora-geral de Justiça do Estado do Piauí, Carmelina Moura, é presidente do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH), que abrange a Comissão Permanente de Educação (COPEDEC). O GNDH, por sua vez, é vinculado ao Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União. O webinar foi aberto para toda a sociedade e assistido por integrantes de unidades do MP em todo o Brasil. [Continue lendo....](#)

MPPE ajuíza ACP para que quatro instituições de ensino assegurem redução das mensalidades

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE), por meio do Grupo de Atuação Conjunta Especial (Gace) de Caruaru, ajuizou nesta quinta-feira (21) uma Ação Civil Pública (ACP Nº: 0003096-09.2020.8.17.2480) requerendo à Justiça que determine aos Colégios Adventista de Caruaru, GGE, Motivo Caruaru e Exato Colégio e Curso, todos localizados no município, que assegurem a todos os responsáveis financeiros dos contratos escolares a redução de 30% nas mensalidades, enquanto durar a pandemia do Novo Coronavírus. [Continue lendo....](#)

Nova ação ajuizada para que mais cinco instituições de ensino assegurem redução de 30% das mensalidades

Ministério Público de Pernambuco (MPPE), por meio da 18ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Capital, ajuizou nova ação civil pública em face das instituições de ensino Colégio Eximius, Colégio Marista São Luís, Colégio Apoio, Colégio CBV - Unidade Jaqueira, Colégio Santa Maria,



requerendo que seja assegurada a todos os responsáveis financeiros dos contratos escolares a revisão contratual com a redução de 30% nas mensalidades, a partir de do mês de maio, enquanto durar o isolamento social e a impossibilidade de prestação do serviço contratado, na forma presencial. [Continue lendo....](#)

MPPE recomenda que município de Jurema anule decreto que suspendeu contratos temporários de professores durante a pandemia

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE) recomendou que o prefeito de Jurema adote as providências necessárias para anular o decreto que suspendeu genericamente os contratos temporários dos professores da rede municipal (Decretos Municipais nº 13/2020 e nº 20/2020). [Continue lendo....](#)

MPPE recomenda adequações financeiras em escolas privadas de Timbaúba e Limoeiro

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE) recomendou que as instituições privadas de ensino infantil, fundamental e médio de Timbaúba e as instituições privadas de ensino infantil, fundamental, médio e superior de Limoeiro disponibilizem aos pais e responsáveis proposta de revisão contratual referente ao planejamento do ano de 2020. [Continue lendo....](#)

4. NOTÍCIAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Nota técnica define diretrizes para atuação do Ministério Público na defesa do direito à educação no contexto da pandemia

Em nota técnica divulgada nesta segunda-feira (1º), a Comissão Permanente de Educação (Copeduc), vinculada ao Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPGE), define orientações para a atuação do Ministério Público brasileiro na defesa do direito à educação, no contexto da pandemia da covid-19. Segundo o documento, os esforços dos membros devem estar centrados não em demandas judiciais, mas na perspectiva proativa e resolutiva da conciliação e da atuação extraprocessual, a fim de reduzir os impactos aos estudantes e às famílias, em especial àqueles em situação de vulnerabilidade social. Com assento na Comissão, o Ministério Público Federal (MPF) é representado pela procuradora da República Maria Cristina Manella, por indicação da Câmara de Direitos Sociais e Fiscalização de Atos Administrativos do MPF (1CCR/MPF). [Continue lendo....](#)

MPF solicita ao FNDE abertura de conta específica para receber devolução de recursos do Proinfância

O Ministério Público Federal (MPF) recomendou nesta segunda-feira (25) ao Ministério da Educação (MEC) e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) a abertura de conta bancária específica para receber a devolução de recursos repassados aos entes federados por meio do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância) e não utilizados ou desviados de sua finalidade. O objetivo é garantir que os valores sejam reaproveitados em ações educacionais, uma vez que a restituição à conta única do tesouro nacional permite que o dinheiro seja empregado em outras áreas. O documento reitera pedido feito pelo MPF em junho de 2019. [Continue lendo....](#)

Covid-19: precatório do Fundef pode ter uso emergencial para alimentação de alunos em Feira de Santana (BA)

O Ministério Público Federal (MPF) enviou à Justiça, nessa quinta-feira (28), manifestação favorável à desvinculação de 8% dos precatórios Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) para uso na alimentação dos alunos da rede pública municipal de Feira de Santana (BA). Na manifestação, o órgão destaca que o município deve comprovar, documentalmente, a efetiva destinação das verbas. [Continue lendo....](#)

MPF obtém liminar para pagamento dos professores de Ouricuri (PE) com precatório do Fundef

O Ministério Público Federal (MPF) obteve decisão liminar que garante a correta aplicação pelo município de Ouricuri, no sertão de Pernambuco, de recursos do antigo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) – atual Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FundeB). O responsável pelo caso é o procurador da República Marcos de Jesus. [Continue lendo....](#)

5. NOTÍCIAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES

Lei que reserva 1/3 da carga horária do magistério para atividades extraclasse é constitucional

Em sessão virtual encerrada no dia 28/5, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), por maioria, decidiu que é constitucional a norma geral federal que reserva a fração mínima de 1/3 da carga horária dos professores da educação básica para dedicação às atividades extraclasse. A tese foi firmada



no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 936790, com repercussão geral reconhecida ([Tema 958](#)).
[Continue lendo....](#)

Escolas particulares contestam redução de mensalidades no CE durante calamidade pública

A Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen) ajuizou no Supremo Tribunal Federal (STF) a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6423, contra lei do Estado do Ceará que reduz as mensalidades na rede privada de ensino durante o estado de emergência decretado em razão do novo coronavírus. Segundo a entidade, a norma, que determina a redução dos valores em até 30%, usurpa a competência privativa da União para legislar sobre Direito Civil. [Continue lendo....](#)

Lei de Ipatinga (MG) que proibia ensino sobre gênero e orientação sexual é inconstitucional

Em decisão unânime, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou a inconstitucionalidade de dispositivos da Lei 3.491/2015 do Município de Ipatinga (MG) que excluem do ensino público municipal qualquer referência sobre diversidade de gênero e orientação sexual. Em sessão virtual do Plenário concluída na noite de ontem (28), os ministros julgaram procedente a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 467, ajuizada pela Procuradoria-Geral da República (PGR). [Continue lendo....](#)

STJ reconhece competência do STF para julgar pedido de suspensão contra fornecimento de merenda escolar em município do RJ

Pelo caráter eminentemente constitucional da controvérsia, o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro João Otávio de Noronha, não conheceu de um pedido do município de São Pedro da Aldeia (RJ) para suspender decisão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) que determinou o fornecimento de alimentação aos alunos da rede pública durante o período de suspensão das aulas em virtude da pandemia do novo coronavírus (Covid-19). [Continue lendo....](#)

STJ: competência para julgar fornecimento de merenda durante epidemia é do STF

Pelo caráter eminentemente constitucional da controvérsia, o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro João Otávio de Noronha, não conheceu de um pedido do município de São Pedro da Aldeia (RJ) para suspender decisão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro que determinou o fornecimento de alimentação aos alunos da rede pública durante o período de suspensão das aulas em virtude da epidemia do novo coronavírus. A decisão se deu em sede de pedido de suspensão de liminar e de sentença. [Continue lendo....](#)

6. NOTÍCIAS DO CONGRESSO NACIONAL

Deputados e entidades defendem novo calendário de ensino com foco na aprendizagem

Deputados e entidades ligadas à Educação afirmaram nesta quinta-feira (21), por meio de videoconferência, que o direito do aluno de aprender deve ser garantido mesmo diante de mudanças no calendário de ensino de escolas e de universidades por conta da pandemia de Covid-19. [Continue lendo....](#)

Congresso prorroga validade da MP que flexibiliza calendário escolar

O presidente do Congresso Nacional, senador Davi Alcolumbre, prorrogou por mais 60 dias a validade da Medida Provisória 934/2020, que promove ajustes no calendário escolar de 2020. A prorrogação se deu por ato publicado na quinta-feira (28). [Continue lendo....](#)

Proposta estabelece estratégia nacional para retorno às aulas

As diretrizes nacionais, definidas em acordo por todos os entes, servirão de referência para os protocolos de estados e municípios para o retorno às aulas

O Projeto de Lei 2949/20 estabelece uma estratégia nacional para retorno às aulas durante a pandemia de Covid-19. A proposta, do deputado Idilvan Alencar (PDT-CE), tramita na Câmara dos Deputados. [Continue lendo....](#)

Aprovada distribuição de alimentos da merenda escolar aos alunos de escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas que tiveram aulas suspensas

Proposta assegura a distribuição aos alunos de escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas. Alunos de escolas públicas já são contemplados pela Lei 13.987/20

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 2159/20, do deputado Eduardo Braide (Pode-MA), que autoriza a distribuição de gêneros alimentícios da merenda escolar às famílias dos alunos de escolas públicas, comunitárias, confessionais ou filantrópicas de educação básica cujas aulas foram suspensas em razão da pandemia de Covid-19. A matéria será enviada ao Senado. [Continue lendo....](#)

7. OUTRAS NOTÍCIAS

MEC homologa diretrizes para o ensino durante a pandemia

O Ministério da Educação (MEC) homologou um conjunto de diretrizes do Conselho Nacional de Educação (CNE) que orienta as escolas da educação básica e instituições de ensino superior durante a pandemia do coronavírus. A [publicação](#) saiu na edição desta segunda-feira, 1º de junho, no Diário Oficial da União (DOU). [Continue lendo....](#)

MEC lança portal de monitoramento de ações e operação das instituições de ensino durante a pandemia

Em parceria com universidades, o Ministério da Educação (MEC) criou um [portal para monitorar o funcionamento](#) e as principais ações das universidades, dos institutos federais, dos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) e do Colégio Pedro II durante a pandemia do novo coronavírus. A atualização do painel é feita pelas próprias instituições. [Continue lendo....](#)

FNDE estabelece critérios para repasses de recursos para custeio do transporte escolar

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) estabeleceu os critérios para assistência financeira direcionada a estados, municípios e ao Distrito Federal, por meio de emendas parlamentares individuais e de bancadas impositivas, para o custeio do transporte escolar.

As regras detalhadas estão dispostas em [resolução](#) publicada na edição desta quinta-feira, 21 de maio, do *Diário Oficial da União* (DOU). [Continue lendo....](#)

FNDE firma parceria com CGU para aprimorar prestação de contas

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) firmou acordo de cooperação técnica nesta semana com a Controladoria-Geral da União (CGU) para aprimorar o projeto Malha Fina FNDE. A ideia é reforçar a capacidade de gestão do Fundo vinculado ao Ministério da Educação (MEC), com o uso de tecnologia de ponta. [Continue lendo....](#)

Em parceria com instituições, CNMP promove evento sobre enfrentamento da exclusão escolar durante a pandemia

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), por meio da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais (CDDF), em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), com a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e com o Instituto Rui



Barbosa (IRB), realiza, na próxima segunda-feira, 25 de maio, o “Webinar: como podemos enfrentar a exclusão escolar no contexto da pandemia? ”. [Continue lendo....](#)

CDDF/CNMP debate combate à exclusão e evasão escolar durante pandemia

Com o objetivo de apresentar um projeto interinstitucional para o enfrentamento da exclusão escolar e da cultura do fracasso escolar na educação básica, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), por meio da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais (CDDF), em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), com a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e com o Instituto Rui Barbosa (IRB), realizou, nessa segunda-feira, 25 de maio, o “Webinar: como podemos enfrentar a exclusão escolar no contexto da pandemia?” [Continue lendo....](#)

Inep regionaliza análises do Censo Escolar 2019 por unidades da Federação

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) deu mais um passo na disseminação dos dados do Censo Escolar da Educação Básica de 2019. A equipe da Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed) regionalizou os resumos técnicos do Censo Escolar e divulgou um conjunto de publicações, com foco em cada uma das 27 unidades da Federação. Os resumos técnicos estaduais trazem o panorama atual da educação básica para cada estado e Distrito Federal. [Continue lendo....](#)

FNDE esclarece alterações nutricionais na legislação do Pnae

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) divulgou nesta quarta-feira, 27, uma Nota Técnica sobre as alterações nos aspectos de segurança alimentar e nutricional na legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). O documento é direcionado aos agentes envolvidos na execução do programa nas secretarias estaduais de educação, prefeituras municipais e rede federal. [Continue lendo....](#)

Catálogo de Escolas atualizado com dados do Censo Escolar 2019

As informações disponíveis no Catálogo de Escolas foram atualizadas com os dados coletados no Censo Escolar da Educação Básica 2019. O Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais



Anísio Teixeira (Inep) desenvolveu a plataforma eletrônica, que pode ser consultada por gestores, pesquisadores acadêmicos e sociedade civil, a partir do portal do Inep. [Continue lendo....](#)

Educação na pandemia: ensino a distância dá importante solução emergencial, mas resposta à altura exige plano para volta às aulas

Nota técnica do Todos Pela Educação traz panorama de dados e evidências científicas mais recentes sobre ensino a distância e dos desafios desse período

Em todo o mundo, 9 em cada 10 estudantes estão temporariamente fora da escola em resposta à pandemia do novo coronavírus, segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU). No Brasil, muitas redes de ensino já suspenderam as aulas e estão lançando mão de soluções de recursos digitais de aprendizagem, inspiradas na modalidade Educação a Distância (EaD). Mas estratégias de ensino remoto, por mais importantes que sejam no atual contexto, têm limitações e não atendem a todas as crianças e jovens brasileiros da mesma maneira, como aponta a nota técnica “Ensino a distância na Educação Básica frente à pandemia da Covid-19”, do Todos Pela Educação, divulgada no dia 7 de abril. [Continue lendo....](#)

O que é e como funciona o FUNDEB?

Conheça o fundo que financia a Educação Básica no País

Em 2020, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) expirará e precisaremos de um #NovoFundebJá. Para que você entenda a importância dessa política de financiamento educacional, só em 2019, o fundo redistribuiu aos estados e municípios um montante de cerca de R\$ 165 bilhões. Parece bastante dinheiro? E é, mas antes de considerar esse valor em quantidade, você sabe o que é o Fundeb, como ele funciona e impacta as escolas lá na ponta?

Se você tem dúvidas, a gente te ajuda com essa série de perguntas e respostas sobre ele. Afinal, pensar um Novo Fundeb exige conhecimento do mecanismo atual. [Continue lendo....](#)

Merenda, educação infantil e calendário: os próximos passos da educação no contexto da pandemia



Lançada no início de abril pelo Governo Federal, a Medida Provisória 934/2020 estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da Educação Básica e do Ensino Superior tendo em vista o enfrentamento da pandemia da Covid-19 e já conta com mais de 200 emendas apresentadas no Congresso Nacional. A relatora da MP, deputada Luisa Canziani (PTB/PR), promoveu uma série de debates virtuais com gestores estaduais e municipais, parlamentares e especialistas em Educação. Ao lado de representantes do Conselho Nacional de Educação (CNE), União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e Federação Nacional Das Escolas Particulares (Fenep), o Todos Pela Educação participou da última discussão no dia 21 de maio. [Continue lendo....](#)

8. ATUALIZAÇÃO LEGISLATIVA

LEI Nº 11.150, DE 01 DE JUNHO DE 2020 - Dispõe sobre o desconto e a flexibilização das mensalidades da rede privada de ensino durante o Plano de Contingenciamento do Governo do Estado de Mato Grosso, em virtude da pandemia causada pela covid-19.

BOLETIM INFORMATIVO DO CAO EDUCAÇÃO

Equipe:

Miguel Shlessarenko Júnior – Promotor de Justiça e Coordenador do CAO Educação

Tarlyson Corrêa Martins – Oficial de Gabinete

Juliana Aiko Yoshimura de Vasconcellos – Auxiliar Ministerial